



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

EXPERIÊNCIA

SUPLEMENTO AO N.º 89

QUINTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1968

CAPITAL FEDERAL

SENADO FEDERAL

ATA DA 103.ª SESSÃO EM 5 DE JUNHO DE 1968

2.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 6.ª Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PEDRO
LUDOVICO E LINO DE MATTOS

As 10 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guilomard — Oscar Passos — Alvaro Maia — Edmundo Levi — Arthur Virgílio — Milton Trindade — Pedro Carneiro — Lobão da Silveira — Achilles Cruz — Sebastião Archer — Victorino Freire — José Cândido — Sigefredo Pacheco — Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves — Luiz de Barros — Dinarte Mariz — Manoel Villaga — Pereira Diniz — Argemiro de Figueiredo — Domício Gondim — João Cleofas — Pessoa de Queiroz — José Ermirio — Teotônio Vilela — Rul Palmeira — Arnon de Melo — Leandro Maciel — Dylton Costa — José Leite — Aloysio de Carvalho — Eduardo Catalão — Josaphat Marinho — Eurico Rezende — Raul Giuberti — Paulo Tórres — Aarão Steinbruch — Vasconcelos Tórres — Mário Martins — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Milton Campos — Benedicto Valladares — Nogueira da Gama — Carvalho Pinto — Lino de Mattos — Moura Andrade — Péricles Pedro — Armando Storni — Pedro Ludovico — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Bezerra Neto — Ney Braga — Milton Menezes — Mello Braga — Alvaro Catão — Antônio Carlos — Atílio Fontana — Guido Mondin — Daniel Krieger — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarou aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — A Presidência recebeu respostas aos seguintes requerimentos de informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Tórres

N.º 386/68, enviada pelo Ministro da Fazenda (Aviso n.º Br/272, de 3.6.68);

N.º 439/68, enviada pelo Ministro da Indústria e do Comércio (Aviso n.º AP/157/68, de 3 de junho de 1968);

N.º 440/68, enviada pelo Ministro da Indústria e do Comércio (Aviso n.º AP/154/68, de 31 de maio de 1968).

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — A Presidência recebeu ofício do Sr. Ministro da Fazenda, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento n.º 357, de autoria do Senador Vasconcelos Tórres.

Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo de resposta ao citado requerimento.

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura de projeto de lei.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 63, DE 1968

Obriga as fábricas de refrigerantes a exibirem, nos rótulos dos recipientes, a fórmula dos mesmos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — As fábricas de refrigerantes são obrigadas a exhibir, nos rótulos dos recipientes, a fórmula do produto, o número de registro no Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos do Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, bem como o número da análise procedida por serviço ou estabelecimento devidamente reconhecido por aquele Departamento.

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Por exigência legal, os medicamentos, sob qualquer apresentação ou modalidade de consumo, são obrigados a trazer, nos recipientes ou nas bulas, a fórmula dos mesmos, o farmacêutico responsável, bem assim sua aprovação pelo órgão credenciado do Ministério da Saúde.

Ora, se essas providências são impostas no âmbito dos produtos farmacêuticos, como medidas acauteladoras da saúde do povo, não é admissível que as bebidas, sob forma de refrigerantes, de tão largo consumo, notadamente pelas crianças e adolescentes, fiquem isentas dessas exigências, tanto mais quanto essas

bebidas devem, por lei, estar sujeitas à fiscalização do Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1968. — **Lino de Mattos**

As Comissões de Constituição e Justiça, Indústria e Comércio e Saúde.

O Sr. Lino de Mattos — Sr. Presidente, peço a palavra para justificar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o projeto de lei que encaminhei à Mesa, e acaba de ser lido, aparentemente trata de providência sem maior importância. Entretanto, tomo a liberdade de observar que, no meu entendimento, se trata de assunto que deve ser convenientemente examinado pelas Comissões respectivas e pelos nobres colegas.

Conforme se sabe, a Saúde Pública é muito rigorosa com relação, por exemplo, aos medicamentos. Há obrigatoriedade de exame dos mesmos, eles devem trazer bula com a fórmula, enfim, há um rigor elogiável.

Se observarmos, por exemplo, a simples água radioativa, as chamadas águas minerais, verificaremos que toda garrafa traz a bula com a composição química da água. No entanto, no que diz respeito a refrigerantes, não há nenhum rigor, nenhuma fiscalização mais séria.

O projeto objetiva, exatamente, tornar obrigatório que esse exame seja feito e exigir muito rigor na apresentação de refrigerantes ao consumo público.

Tive essa preocupação, Sr. Presidente, porque o grande consumidor de refrigerantes é a criança, é o adolescente e, ultimamente, tem aparecido grande número de refrigerantes, os mais diversos, sem que se saiba de uma providência mais séria por parte da autoridade sanitária.

Não sei até onde procede a notícia, mas já ouvi dizer que, entre os

refrigerantes postos à venda, há um ou alguns que as empregadas domésticas costumam usar, não para beber, mas para desentupir pias, o que constitui ameaça — se verdadeira a informação — seriíssima à saúde de crianças e de adolescentes.

Nestas condições, a mim me parece — e creio que o Senado e mesmo o Congresso vão concordar — que a autoridade sanitária deve impor providências rigorosas, a fim de que só se coloquem a venda refrigerantes devidamente analisados pelo serviço público competente e, em cada garrafa, em cada recipiente do refrigerante venha sua fórmula, para que o consumidor saiba, afinal de contas, o que está consumindo, e possa ser resguardada a sua saúde, a saúde pública e, principalmente, acautelada a nossa juventude.

Com este objetivo é que estou apresentando o projeto de lei que, embora devidamente justificado, tome a liberdade de complementar a justificação através destas palavras. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — O projeto irá, às Comissões competentes, após publicado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N.º 662, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através da Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), informações sobre produção, importação, exportação e tabelamento de gêneros alimentícios.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através da Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), sobre o seguinte:

- 1 — Qual a produção nacional de arroz, feijão, milho, leite e

derivados, trigo e ovos, no ano de 1967 e nos primeiros cinco meses de 1968, bem como a previsão para o resto deste ano?

- 2 — Atende a produção de cada um ao consumo nacional ou tem sido necessária a importação de algum?

- 3 — Em caso de importação, citar quais os artigos importados, o país exportador, a tonelagem, o valor das importações e a que preços foram colocados no mercado consumidor, bem como o preço do produto nacional.

- 4 — Qual o consumo brasileiro de carne e pescado, bem como a capacidade de fornecimento dos criadores e de nossas companhias de exploração da pesca? No tocante à carne, dizer, ainda, se é possível a exportação sem prejudicar o consumo interno.

- 5 — A SUNAB, isolada ou conjuntamente com outros órgãos da Administração, tais como a COBAL, a CIBRAZEM, tem procurado formar estoques reguladores visando, principalmente, ao período de entressafra?

- 6 — Dos gêneros acima citados, quais os exportados ou exportáveis, bem como as respectivas quantidades?

- 7 — No tabelamento dos gêneros alimentícios e de outros produtos sujeitos ao tabelamento, procura a SUNAB reduzir ou tabelar os preços dos produtos que influem no custo final?

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1968. — **Vasconcelos Torres.**

REQUERIMENTO

N.º 663, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, informações sobre irregularidades no serviço telefônico de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações, quais as providências tomadas para sanar as irregularidades verificadas no serviço telefônico de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, principalmente em telefonemas interurbanos.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1968. — Vasconcelos Tórres.

REQUERIMENTO

N.º 664, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — CONTEL —, informações sobre instalação de telefones em cidades do Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — CONTEL —, quais as cidades do Estado do Rio de Janeiro a serem beneficiadas com a instalação de telefones, bem como as respectivas quantidades e prazos para início e término das obras de instalação.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1968. — Vasconcelos Tórres.

REQUERIMENTO

N.º 665, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — IBC —, informações sobre doação de área do Instituto, não aproveitada, à Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — IBC —, se pretende o Instituto Brasileiro do Café efetuar a doação de área de sua propriedade, não aproveitada, à Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1968. — Vasconcelos Tórres.

REQUERIMENTO

N.º 666, DE 1968

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio — Companhia Siderúrgica Nacional —, informações sobre a venda de imóveis residenciais.

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma da preceituação regimental vigente, informe o Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio — Cia. Siderúrgica Nacional —, quais os critérios adotados para a venda de imóveis residenciais de sua propriedade, bem como sobre planos para construção de novas moradias para os seus empregados.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1968. — Vasconcelos Tórres.

REQUERIMENTO

N.º 667, DE 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, sobre a liberação de recursos destinados à recuperação das lavouras da colônia japonesa, no 2.º Distrito, Japuíba, Município de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Na forma da preceituação regimental vigente, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior, quais as medidas adotadas visando a liberar recursos destinados à recuperação das lavouras da

colônia japonesa, no 2.º Distrito, Japuíba, Município de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro, face às graves dificuldades que os nipônicos passam em virtude das enchentes periódicas que assolam aquela região.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1968. — Vasconcelos Tórres.

REQUERIMENTO

N.º 668, DE 1968

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Exm.º Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

- 1.º — Sendo o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária um órgão colegiado, por que há mais de três meses não se reúne sua Diretoria?
- 2.º — Em que se fundamenta o Presidente do IBRA para assinar atos ad referendum da Diretoria, inclusive convênios, ao invés de convocar esse Colegiado para, a posteriori, fazer cumprir suas deliberações?

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1968. — Lino de Mattos

REQUERIMENTO

N.º 669, DE 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Exm.º Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

- 1.º — Os senhores Presidente do IBRA, o Presidente da Comissão de Inquérito, os assessores do Ministro da Agricultura e o Chefe da Divisão de Informações e Segurança desse Ministério tomaram conhecimento das denúncias feitas contra o Presidente do IBRA pelo jornal *Reação*, da cidade

de Niterói, nos dias 5, 16, 19, 23 e 30 de abril, e 3, 7, 10, 14, 17, 21, 29 e 31 de maio, tudo do corrente ano?

- 2.º — Em caso afirmativo, quais as providências tomadas por essas autoridades a respeito das referidas denúncias?

Sala das Sessões, 5 de junho de 1968. — **Lino de Mattos.**

REQUERIMENTO
N.º 670, DE 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde o seguinte pedido de informações:

- 1 — Qual o critério adotado pelo Departamento Nacional de Saúde, no licenciamento dos refrigerantes para venda ao consumidor?
- 2 — Quais os laboratórios credenciados, pelo Ministério da Saúde, para procederem à análise desses refrigerantes?
- 3 — Qual o número e o nome dos refrigerantes registrados no Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos, desse Ministério, sua fórmula, seu fabricante e a análise procedida?
- 4 — Quais as providências desse Ministério, no caso de identidade de fórmula?
- 5 — Qual a razão do elevado número de refrigerantes entregues ao consumo da população com aparente igualdade de fórmula?
- 6 — Como se processa a fiscalização, por parte desse Ministério, no mercado de refrigerantes do País?

- 7 — Quantas análises foram feitas desses produtos em circulação de janeiro de 1967 à presente data? Fornecer cópias das análises.

- 8 — Qual a razão de os rótulos dos refrigerantes não trazerem a sua fórmula e os números de análises e de registro?

- 9 — Quais as providências que esse Ministério irá tomar diante da exploração que se processa no País, com esse derrame de refrigerantes, principalmente levando em conta a saúde das crianças?

Sala das Sessões, 5 de junho de 1968. — **Lino de Mattos.**

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Arnon de Melo. (Pausa.)

S. Ex.ª não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

SR. AARÃO STEINBRUCH — (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, fomos todos despertados, está manhã, com o impacto da notícia do atentado levado a cabo contra o Senador Roberto Kennedy, Candidato à sucessão Presidencial dos Estados Unidos da América.

Ainda em meio à comoção que nos causou, informes os mais desconfortados, como sói acontecer em circunstâncias assim, dizem uns que o Senador norte-americano agoniza em coma, tendo inclusive recebido a extrema-unção, enquanto outros asseguram que seu estado ainda não é desesperador e que, submetido a uma intervenção cirúrgica de emergência, as possibilidades de sua recuperação ainda não desapareceram. Foi ferido a tiros por pistoleiros, no momento mesmo em que se entregava às

comemorações de sua vitória nas eleições preparatórias da Califórnia, tendo também conseguido uma vitória em Dakota, numa eleição interna realizada naquele Estado, quando conseguiu expressiva maioria e a esperança de obter, finalmente, bases sólidas de votos à Convenção Nacional do Partido Democrata, suficientes para garantir-lhe a postulação de sua candidatura à Presidência da República, contra o Senador Eugene McCarthy, opositor da mesma agremiação partidária.

Uma das balas desfechadas pelos sanguinários pistoleiros alojou-se no cérebro, como ocorreu com seu irmão John Kennedy.

Mas, Sr. Presidente, nesta hora tão trágica e lamentável, fazendo ardentes votos de que o estadista norte-americano possa sobreviver a esta dura prova de sua vida pública, salvando-se do mesmo destino de seu ilustre irmão, não posso deixar de assinalar, desta tribuna, o significado patético com que o extremismo se alastra na vida política da grande Nação irmã do Norte da América.

As plataformas do Senador Robert Kennedy sempre transparentaram as mesmas orientações humanitaristas do Presidente John F. Kennedy, e seria de se esperar que, vitorioso nas eleições, as diretrizes do executivo estadunidense sofressem uma alteração substancial. Não cabe aqui, e nem seria este o momento oportuno de se analisar as tendências predominantes da intervenção norte-americana no mundo, em especial na guerra do Vietname, se estão ou não certas, e se outras atitudes pudessem produzir melhores resultados.

Nesta hora, devemos erguer nossas vozes para anatematizar, o mais violentamente que formos capazes, o extremismo político naquela Nação, alimentado por minorias reacionárias e segregacionistas, cuja atividade já causou tantos males e tragédias ao povo estadunidense, com reflexos no mundo inteiro.

O Sr. Mário Martins — Permite-me V. Ex.ª um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Com muito prazer.

O Sr. Mário Martins — Estou convencido de que, neste momento, V. Ex.^a está externando o pensamento de todo o Senado, quando traz a sua palavra de condenação ao brutal atentado sofrido pelo Senador Robert Kennedy, nos Estados Unidos, bem como V. Ex.^a está representando o pensamento de todo o País nesta manifestação de solidariedade ao país irmão e, particularmente, ao Senado norte-americano. Realmente, não é a oportunidade apropriada para se fazer a análise política do que vêm acontecendo nos Estados Unidos, muito embora qualquer nação tenha direito de fazer isto, uma vez que tudo o que acontece naquele país, por sua posição de liderança, se reflete nos outros. No momento, o que temos pue fazer, realmente — e creio que V. Ex.^a terminará a sua oração fazendo uma proposição desta ordem —, é oficialmente esta Casa enviar ao Senado norte-americano a sua mensagem de solidariedade, neste momento em que ele vê ferido de morte uma das maiores figuras dos Estados Unidos e do Continente. Sabemos a influência que tem o Senado norte-americano na vida daquele país e, já, agora, na vida do Continente, uma vez que ali é que se estuda e se delibera sobre a ação internacional dos Estados Unidos. Portanto, é doloroso, como V. Ex.^a está ressaltando com muita precisão, que, quando se abre para a América Latina a perspectiva de um horizonte novo, igual àquele que realmente surgiu quando governava os Estados Unidos o Presidente John Kennedy, novamente, quase como uma cruel máquina de repetição, na tentativa de abater um novo líder, que tem, aliás, o mesmo sangue daquela grande figura, daquele campeão da liberdade. E o fato ocorre poucos meses após haver sido trucidado, a tiros, esse vulto exponencial de líder que era o pastor protestante Martin Luther King. O que nós tememos e lamentamos, nobre Senador, é que se utilize, no processo político que V. Ex.^a está destacando, ou seja, esse sistema extremista...

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Reacionário.

O Sr. Mário Martins — ... reacionário, homicida, quase que, diríamos, nazista, e que contraria tudo quanto

Deus pregou, que ninguém tem o direito de fazer justiça pelas próprias mãos. É o retorno de um excesso da pena de Talião. No caso, não há nem o pecador, mas alguém que luta em prol de um ideal, de que sua pátria fique melhor. Tenho a certeza de que V. Ex.^a está falando, não apenas em nome do Senado, mas no de todo o Brasil. Creio que V. Ex.^a poderá pedir à Presidência que leve esta manifestação de solidariedade do Senado do Brasil ao Senado norte-americano, neste momento em que vê abatido um homem que pode ou poderia ser o futuro presidente daquela nação amiga, mas que, inegavelmente, já é um grande líder da liberdade no Continente.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Permitte-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Disse bem o nobre Senador Mário Martins: a voz de V. Ex.^a é a nossa, a desta Casa do Congresso. E do próprio País, acrescentaria, diante desse atentado repugnante, dessa vilania, dessa ignomínia, dessa intolerância, desse ambiente retrógrado em que uma parte do povo americano está mergulhado ultimamente. Quero crer que o chamado "gigante do norte" está nos estertores do seu progresso. Pode ter a indústria, mas está demonstrando, perante o mundo, que não tem a civilização. Atentados seguidos — e apenas os que têm repercussão são comentados na imprensa brasileira —, mas sabe V. Ex.^a de outros, onde crianças são pisoteadas, onde mulheres sofrem perseguição de toda natureza, onde há uma incompreensão racial jamais imaginada por aqueles que, mesmo na ficção, pudessem criar essa imagem do ódio e da incompreensão humana. Falo a V. Ex.^a muito emocionado. Conheci o Senador Robert Kennedy numa das Assembléias Gerais da ONU, juntamente com o Deputado Lourival Baptista e o Presidente desta Casa, quando da visita do Papa Paulo VI àquela Assembléia Geral das Nações Unidas. Ali, ao lado de sua família, tive oportunidade de apertar-lhe a mão e de ouvir os elogios mais entusiásticos ao povo brasileiro. Depois, V. Ex.^a está recordando, o Senador Robert Kennedy visitou o Brasil. Estêve fazendo na Pontifícia Uni-

versidade Católica uma conferência memorável, onde debateu com os jovens, e revelando conhecimentos os mais exatos sobre a chamada realidade brasileira. E agora mesmo é um "best-seller" em todo o Brasil e em toda América Latina, seu livro "Desafio à América Latina". Um homem que todos nós olhávamos com esperança, com a certeza de que novas janelas poderiam ser abertas, na escuridão que tem dominado as relações entre a América Latina e a América do Norte. E como V. Ex.^a fala em nome do Senado, em nome do País, eu queria me associar a esta primeira manifestação. Porque V. Ex.^a foi muito prudente; as notícias ainda são desencontradas, e a nossa emotividade não permite inclusive relacionar bem as palavras. Elas serão poucas para profligar esse atentado inominável, cometido contra um homem que deixou de pertencer à sua Pátria para ser, a exemplo de seu irmão John Kennedy, um cidadão do mundo!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Muito obrigado aos Senadores Mário Martins e Vasconcelos Tôrres.

Realmente, creio expressar o pensamento unânime do Senado da República, de toda a Nação, para verberar esse procedimento que não nos recua à pena de Talião, porque Kennedy não cometeu nenhum ato criminoso, somente postulava a Presidência da República, guiado pelos mesmos ideais do seu irmão. E como bem acentuou o nobre Senador Vasconcelos Tôrres, abrir-se-iam perspectivas novas para a América Latina, com o governo de Kennedy, em razão dos próprios pronunciamentos feitos aqui no Brasil, quando estêve em visita, como no seu livro sobre a América Latina.

Minorias, dizia eu, reacionárias e segregacionistas cuja atividade já causou tantos males e tragédias para o povo americano, com repercussões para todo o mundo. Desde Lincoln — e era a mesma campanha que Lincoln encetava contra a segregação racial, que determinou a guerra de Secessão nos Estados Unidos; quando foi morto, e que é considerado pelo próprio povo americano o maior americano vivo até hoje — desde Lincoln e John Kennedy, ambos assassinados no

exercício da Presidência da República, até o vulto mencionado no aparte do nobre Senador Mário Martins, Luther King, Prêmio Nobel da Paz, que também caía vítima da arma facinorosa, de indivíduos que até hoje não foram encontrados, malgrado todas as identificações levassem para um determinado indivíduo, espalham-se fotografias de um suposto assassino, até hoje não encontrado, depois de Luther King ter dirigido ao povo de Memphis uma conclamação à paz, à concórdia e à solidariedade entre os homens —, estes vultos tombaram pela coragem que demonstraram em suas vidas públicas em contrariar as instituições de opressão que afligiam o povo.

Sr. Presidente, é meu desejo sincero que o ilustre Senador Robert Kennedy possa se recuperar — não obstante as últimas notícias sejam desalentadoras a este respeito —, para continuar sua missão de governo, humanizando e voltando os olhos do governo norte-americano para os verdadeiros ideais de Paz e Desenvolvimento Social de todos os povos do mundo.

Termino, Sr. Presidente, por formular requerimento à Mesa para que seja inserido em Ata o voto de pesar do Senado Federal ao Senado Norte-Americano, por motivo do atentado de que foi vítima o postulante à Presidência da República dos Estados Unidos da América, Senador Robert Kennedy, e que a Presidência, associando-se a esta manifestação, encaminhe expediente ao Senado daquela República irmã.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N.º 671, DE 1968

Sr. Presidente:

Requeiro regimentalmente, seja inserido em Ata um voto de pesar, do Senado Federal ao Senado Norte-Americano, por motivo do atentado de que foi vítima o Senador Robert Kennedy.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 1968. — Aarão Steinbruch.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — De acordo com a sugestão do nobre Senador Mário Martins e com o requerimento do nobre Senador Aarão Steinbruch, a Mesa do Senado providenciará, passando um telegrama ao Senado Norte-Americano, lamentando este horrível acontecimento, esta agressão contra um dos maiores Estadistas da América do Norte, Senador Robert Kennedy.

Aliás, Robert Kennedy é um dos políticos que gozam de grande simpatia do Brasil, não só pelo seu livro, citado pelo nobre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, como, também, pela visita que nos fez aqui, expondo as suas idéias, idéias muito de acordo com a atualidade brasileira.

É um homem de centro, mas com tendências francamente socialistas, não socialistas de extrema-esquerda, mas um socialista que se bate pela melhoria da condição dos homens humildes e que defende calorosamente as prerrogativas de qualquer cidadão, seja brasileiro, seja norte-americano, seja de qualquer parte do mundo.

Portanto, a Mesa enviará esse telegrama lamentando fato tão grave ocorrido na América do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Tem a palavra o Sr. Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, algum tempo atrás o Sr. Ministro da Viação entendeu que várias ferrovias eram deficitárias e que seus ramais deveriam ser extintos.

Levantou-se verdadeira celeuma aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais e nos órgãos de opinião pública.

Mostrou-se que a medida era esdrúxula e representava uma punição para Municípios cujo desenvolvimento dependia da ferrovia. Alguns conseguiram escapar do alfange ministerial, mas outros, realmente, foram condenados.

Naquela ocasião, assoalhava-se, quando o protesto era maior, que o Ministro daria uma nota oficial, dizendo que não haveria perigo ou dano algum porque, extinta a ferrovia, se-

ria construída uma rodovia de primeira classe.

Sr. Presidente, isto não aconteceu no meu Estado, um dos mais sacrificados com a extinção de ramais ditos deficitários. Ainda hoje se espera a construção, lá, de algumas estradas, a fim de dar escoamento às mercadorias de que outras regiões do Brasil tanto necessitam. Mas em lugar disto, bacias leiteiras, perdendo o transporte ferroviário, tiveram sua economia estiolada. Assim, ingressaram num tal marasmo que, hoje, constituem verdadeiras cidades fantasmas, sem condições de desenvolvimento.

Sr. Presidente, tais considerações vêm a pretexto para o protesto que quero fazer, hoje, nesta Casa, contra medida do atual Ministro da Fazenda, o Sr. Delfim Netto, que, a exemplo do seu ex-colega da Pasta da Viação, que extinguiu ramais ferroviários, entendeu, também, cultivando na sua ampla cachola a idéia, extinguir coletorias federais.

O lado negativo que ocorreu com os ramais ferroviários há de ocorrer, também, em virtude dessa medida ministerial.

Sr. Presidente, um Estado que é o terceiro na arrecadação federal — em primeiro lugar está São Paulo, em segundo lugar, a Guanabara —, o Estado do Rio de Janeiro, a minha terra, mais uma vez, será grandemente prejudicada por medida carente de realismo. E o prejuízo envolve o próprio erário federal, porque se transfere uma coletoria de um município para outro, ignorando-se que muitos lavradores ou comerciantes, dificilmente, poderão deslocar-se para outra cidade, a fim de pagar seus impostos.

Poderia citar vários casos de coletorias do norte fluminense, quase todas ameaçadas de extinção, tanto as do centro do meu Estado, como as do sul.

Não sei por que esse rotundo Professor Delfim, que dizem ser um homem simpático, inclusive, é chamado de professor — não sei que cadeira leciona, eu tenho visto e lido o seu nome, sempre, na coluna social. É, Sr. Presidente, um papa-janta seguro, um frequentador de coquetéis, em

São Paulo e na Guanabara. Mas parece que, do interior, o Sr. Delfim Netto não conhece absolutamente coisa alguma. E a sua assessoria deve ser a dos que vivem no asfalto, ignorando que muito do nosso País está no interior.

Assim, a medida de extinção de coletorias federais, Sr. Presidente, está causando um mal-estar muito grande. Pertencço ao Partido que dá suporte político ao Governo — não sei, portanto, como justificar certas posições no meu Estado. O meu Partido apoia o Governo, no entanto, alguns elementos do Governo tomam medidas que praticamente o impopularizam. Não quero apelar diretamente para o Sr. Ministro, e sim para o honrado Chefe do Governo, o Marechal Arthur da Costa e Silva, para que veja como certas medidas são prejudiciais. Não diria que elas provocam o desgaste, porque, inegavelmente, a austeridade do Governo, a seriedade com que o Presidente administra é inquestionável. Entretanto, alguns de seus auxiliares, ao tomá-las, causam sérios danos. É o caso, por exemplo, de um Ministro que desejava e ainda deseja vender, a todo o pano, a Fábrica Nacional de Motores. Agora, há outro que quer extinguir as coletorias federais.

Sr. Presidente, não podemos deixar de nos manifestar solidários com aqueles que serão grandemente prejudicados com essa deliberação do Ministro da Fazenda, Sr. Delfim Netto.

Por este motivo, apelamos, com veemência, para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido de que, em tomando conhecimento destas minhas palavras, num dos seus despachos, interpele o titular da Pasta da Fazenda sobre o que ocorre, no particular.

Não é crível que medida desta natureza não tenha sido submetida à apreciação governamental direta.

Tenho certeza de que Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, que conhece o Brasil todo, pelo menos indague de seu auxiliar a razão de sua medida, se ela não representaria um decréscimo na arrecadação dos tributos, porque se uma coletoria no local, muitas vezes, não é eficiente,

quanto mais aquela — e, neste momento, não desejo empregar palavra muito comum nos dias atuais — que seja plantada para outra localidade. É o ônibus, o trem, o dia inteiro, para o pagamento de um tributo. E acresce, ainda, que as repartições federais no interior funcionam ao bel-prazer de seu titular. Sai um fazendeiro — digamos — de Miracema para ir a Pádua, a Itaperuna. Tem de viajar um dia inteiro, não em seu benefício, mas, sim, do erário federal. Na primeira vez ele irá, mas, na segunda, sabe V. Ex.^a, já com este ICM maldito, já com as sobrecargas pesadas que existem sobre os contribuintes, dificilmente ele concordará em se locomover, quando, tradicionalmente, desde o Império, sempre, o mais importante que existia da presença federal era o órgão arrecadador.

O Sr. Alvaro Catão — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com todo prazer, Senador!

O Sr. Alvaro Catão — Apenas para emprestar minha modesta solidariedade ao tema — como sempre importante — que V. Ex.^a traz à atenção da Casa, qual seja, o referente à extinção de coletorias, o que não se verifica somente no seu Estado...

O SR. VASCONCELOS TORRES — No Brasil inteiro.

O Sr. Alvaro Catão — ... mas no Brasil inteiro. Quando estava na Câmara dos Deputados, tive oportunidade de me manifestar, e por diversas vezes, contra a não instalação de várias coletorias, instalação essa já autorizada, em meu Estado, em Santa Catarina. Eram cerca de 40 a 48, espalhadas pelo território catarinense, e cuja não instalação criava sérios problemas para os contribuintes que, honestamente — e quero ressaltar que meu Estado é o sétimo pagador de impostos da União, em seguida ao Estado que V. Ex.^a, com brilho, representa nesta Casa.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado.

O Sr. Alvaro Catão — Mesmo assim, com população menor, Santa Catarina é o 6.º arrecadador de renda, e 7.º pagador de impostos, no Brasil. Quero solidarizar-me com os conceitos

que V. Ex.^a faz sobre o tema, não propriamente quanto à pessoa do nosso eminente amigo, o Ministro Delfim Netto, homem que considero fazer esforço válido, cuja inteligência e cujos méritos todos nós reconhecemos. Solidarizo-me com V. Ex.^a quanto ao tema do seu discurso, porque não entendo como o Brasil, no esforço para melhorar e aumentar a sua arrecadação, possa, através da extinção de coletorias federais, contribuir para o aumento de arrecadação da renda neste País. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. VASCONCELOS TORRES — V. Ex.^a coloca o assunto nos devidos termos. O problema não é só fluminense, nem é o aspecto regional que me traz à tribuna. Para todos os Estados há esse plano de extinção de coletorias federais. Mas a tese esposada por mim é válida. V. Ex.^a sabe que na sede municipal, necessariamente, tem que haver um órgão de arrecadação federal. Eu poderia relacionar os Municípios que estão ameaçados em meu Estado, como V. Ex.^a poderia relacionar no seu, em que a medida se revela, de saída, contraproducente, inoportuna e intempestiva. Se fiz referência um pouco contundente ao nédio Ministro da Fazenda, é pelo fato de entender que S. Ex.^a, sem embargo — eu sou o primeiro a reconhecer — dos seus altos conhecimentos teóricos, mestre de Economia, de Finanças, de Boas Maneiras, de Relações Públicas, de lá o que fôr, Sr. Presidente, me parece, Senador Alvaro Catão, que se S. Ex.^a tomou a medida sem ouvir os assessores, laborou em erro; se ouviu os seus assessores, estes não conhecem a realidade do interior brasileiro.

Ficam as repartições das grandes cidades arrecadando esses tributos. As pessoas que não viajam pelo nosso hinterland parece que é fácil — vêem o ônibus, os trens, os aviões chegando a toda hora — a um cidadão sair de Anápolis e ir a Goiânia. Mas eu assessoro ao Sr. Ministro Delfim Netto que é difícil, porque 80% da população não têm recursos para se locomover.

V. Ex.^a sabe que o orçamento familiar é cada vez mais sobrecarregado pelas despesas indispensáveis à família, alimentação, vestuário, medicamentos, sendo que o transporte, hoje, é oneroso, vem sofrendo um acréscimo

Incontrolável e vai havendo uma restrição progressiva da capacidade de viajar. Acho que se deveria estimular o brasileiro a viajar, a fazer o turismo interno. Estamos perto de países pequenos, como o Uruguai, nosso vizinho, onde há uma intercomunicação nacional muito grande. No Brasil isto é difícil, é quase que impossível, dado o baixo poder aquisitivo do brasileiro. O nobre Ministro da Fazenda, parecendo ignorar o fato, toma essa deliberação. E isto choca, Sr. Presidente.

Tenho a certeza de que os Srs. Senadores já receberam reclamações idênticas à que eu recebi, não só por carta mas ao vivo. O fazendeiro chega e diz: "Como vai ser, como vou sair daqui para pagar o meu imposto? Sempre paguei aqui." Acresce que os funcionários não serão demitidos, não estão na categoria de ociosos, mas apenas serão transferidos para outra localidade, inclusive sendo prejudicados, porque alguns desses funcionários estão radicados, há longo tempo, nas localidades onde se situam as coletorias federais.

Há outro aspecto no oportuno aparte do nobre Senador Alvaro Catão, para o qual eu gostaria também de chamar a atenção do Sr. Ministro, pedindo que minhas palavras sejam ouvidas pelo próprio Sr. Presidente da República. Trata-se das coletorias que foram autorizadas a se instalar e que, por fás ou por nefas, até hoje estão nas gavetas, nos terríveis escaninhos burocráticos do Ministério da Fazenda. Esse Ministério da Fazenda arcalco, onde a papelada é imensa, esmaga até um homem forte como o Sr. Delfim Netto — forte de resistência, qualquer fotografia demonstra que é dos mais fortes do Brasil — até S. Ex.^a sucumbe com essa imensidade de papelório.

Daqui expediria um pedido a S. Ex.^a Com os recursos modernos da eletrônica, poder-se-ia modernizar o Ministério, pois não há nada que se assemelhe tanto com a burocracia como aquele vetusto Ministério da Fazenda.

Sr. Presidente, praze aos céus que as minhas palavras possam ser ouvidas, e que haja uma modificação em torno daquilo que me parece medida avançada, a extinção de coletorias federais no Estado do Rio de Janeiro. Falo particularmente do meu Estado, por

que será êle duramente atingido. Poderia citar os Municípios de Miracema, Lajes de Muriaé, Porciúncula, Santa Maria Madalena e outros que se relacionam aqui. Verificamos, portanto, que o Estado do Rio é o mais duramente atingido por essa providência, que não é aceitável, pois o Estado do Rio é a terceira unidade da Federação a pagar impostos. Fico aguardando a oportunidade de que o Ministro da Fazenda tome conhecimento do meu discurso, embora, faço questão de frisar, seja êle mais dirigido ao Sr. Presidente da República. E que haja uma resposta, que haja uma providência e que, Sr. Presidente, não se cometa este verdadeiro crime contra os interesses da economia fluminense, que seria a extinção das coletorias federais. Que o Ministro tenha ouvidos para ouvir e, se tiver vontade, tenha olhos para ver a realidade do interior fluminense e não permita que a concretização dessa medida venha a se constituir num fator a mais de mágoa e de queixume contra nós, que integramos a bancada que dá suporte político ao Governo, e que dificilmente poderemos explicar medida dessa natureza.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Tem a palavra o Sr. Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, na última manifestação que tive oportunidade de registrar nos Anais da Casa, a propósito da sublegenda, fiz a observação de que, na hipótese, àquele momento muito possível, de o projeto de lei ser promulgado por decurso de prazo, se tornaria impossível a realização das eleições municipais.

Acontece, Sr. Presidente, que a ARENA, nas sessões realizadas ontem, pela manhã e à noite, aprovou o substitutivo, apresentado pela Comissão Mista. Cabe-me o dever de orientar os interessados nas eleições municipais, que, por força desse dispositivo, terão vários prazos.

Nessas condições, registro, em primeiro lugar, o prazo para o registro dos candidatos a Prefeitos, Vereadores, Vice-Prefeitos, que vai até às 13 horas do dia 15 de outubro. Há, por-

tanto, uma margem de tempo bem folgada.

Com referência às filiações partidárias, exigidas para aqueles que pleiteiam eleições municipais, o prazo ficou prorrogado até o dia 15 de setembro.

Cumprê, ainda, assinalar uma modificação de grande importância no que diz respeito à filiação partidária. Passou a mesma a ser feita não mais através de fichas, conforme exigência da Lei Orgânica dos Partidos, mas através de livros, que terão termos de abertura em rubrica feita pelo Juiz Eleitoral, em cada uma das comarcas.

São detalhes da maior importância, porque, no meu Estado, por exemplo, São Paulo, o calendário, baixado pelo Tribunal Regional Eleitoral, estabelecia que, para os candidatos a Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, o prazo de filiação ia até o dia 18 do corrente mês de junho, ou seja, daqui a 13 dias, e deveria ser feito através de fichas, que seriam encaminhadas à Justiça Eleitoral pelos delegados de partidos, com assinatura de abona-dores.

Conforme se vê, era uma providência de complexidade imensa. Com a aprovação do substitutivo, verificada ontem, o prazo para a filiação partidária passou a ter o seu término, portanto, no dia 15 de setembro, e será feito através de livros e não de fichas partidárias.

Outra observação que me cumpre fazer, no sentido, ainda, de orientar os interessados, no interior brasileiro, nas eleições municipais, é que fica definitivamente fixado, pelo referido substitutivo, que a escolha de candidatos a Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores será feita pelos respectivos diretórios municipais, cujo prazo vai até a data do registro.

Assim, é possível que, no próprio dia 15 de outubro, marcado como término final para registro de candidato, ainda pode reunir-se o diretório municipal, na parte da manhã, para escolha de candidatos, que serão registrados até as 16 horas do referido dia.

É também informação de maior importância, porque o projeto origi-

nal do Governo exigia convenções, de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos, o que é impraticável, porque a ARENA e o M.D.B. não estão em condições de atendimento dessas exigências, porque, por força de leis anteriores a este substitutivo, as convenções eram feitas obedientes a uma sistemática demasiadamente complexa e impossível de se atender.

O Movimento Democrático Brasileiro continua: com a posição notória, contra a sublegenda.

Estas informações, que presto, com o objetivo prático de ajudar os políticos, preocupados com as eleições municipais, não significam nenhum aplauso à aprovação verificada nas sessões de ontem. Apenas registro o fato e o menciono.

O Movimento Democrático Brasileiro não abre mão da posição tomada: não concorda com a soma de votos para a eleição de Prefeitos e Governadores.

No momento oportuno, conforme é do conhecimento público, o Partido baterá às portas da Justiça competente, ou seja, o Tribunal Superior Eleitoral, ou o Supremo Tribunal Federal, a fim de que seja declarada a inconstitucionalidade do preceito contido na sublegenda, na parte referente à soma de votos para garantir eleições de Prefeitos e Governadores.

Com estes esclarecimentos, Sr. Presidente, tenho, para mim, que presto colaboração aos que estão preocupados com os problemas eleitorais dos municípios, tirando-lhes a aflição, principalmente no Estado de São Paulo, onde a Justiça Eleitoral — e baseada em Lei, é verdade — havia baixado um calendário com prazos, mas que impossibilitava a realização das eleições.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Tem a palavra o nobre Senador Alvaro Catão.

O SR. ALVARO CATÃO — (Não foi revisto pelo orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil e o mundo — estarecidos — tomaram conheci-

mento, na manhã de hoje, de mais um atentado político, nos Estados Unidos da América.

Ainda há poucas semanas, também estarecidos, tomávamos ciência do atentado e do assassinio do grande líder pacifista, em prol da integração racial, sem violência, nos Estados Unidos, o Pastor Martin Luther King, que caiu, igualmente, vítima do ódio e da violência, vítima, exatamente, daquilo que ele sempre e tanto combateu.

Recordamo-nos de que, a seu funeral, compareceu enorme multidão. Lá estava a família Kennedy, lá estava o Senador Robert Kennedy.

É uma família realmente marcada pela tragédia e alvo permanente da violência. O primeiro Kennedy, o mais velho — Joseph Kennedy, — faleceu na 2.ª Guerra Mundial combatendo no Pacífico.

O Presidente John Kennedy salvou-se, quase que por milagre, comandando o salvamento de seus companheiros numa embarcação de guerra, também na 2.ª Guerra Mundial, no Pacífico. E depois, como todos sabemos e recordamos com tristeza, vítima do ódio e da violência, tombou no atentado de Dallas, de triste memória.

Pouco tempo depois Edward Kennedy, o mais moço, quase morria num sério desastre de avião. E dele convalesceu por longas e longas semanas.

Hoje, este jovem e vibrante político americano, na sua caminhada para galgar a primeira posição na política daquele país, o Senador Robert Kennedy, justamente quando comemorava uma grande vitória, nas preliminares, na luta para indicação de seu Partido, cal, também, vítima da violência, do ódio que, infelizmente, ainda existe, justamente nesse país, os Estados Unidos, onde a educação lidera as preocupações do seu povo e dos seus governantes, neste país que lidera o mundo, no progresso tecnológico, nas suas universidades, onde o nível de ensino é, realmente, o que se pode imaginar de mais alto possível e que disputa com a Rússia a primazia de ter maior número de técnicos, engenheiros, professores e alunos nos seus diversos cursos.

É nesse país democrático, neste país que, justamente, quer se afirmar pelo diálogo, pelas eleições; é neste país, que tem homens como John Kennedy, Roosevelt, Lincoln e também Martin Luther King, que assistimos a esses atos de violências se repetirem estabelecendo quase que — como dizia, ainda hoje, um eminente político americano — uma rotina de atentados políticos, que não pode continuar.

Quero expressar, desta tribuna, a minha completa repulsa e a minha grande revolta por este crime. Revolta e repulsa que, estou certo, não são apenas minhas, mas do Brasil e do mundo, revolta e repulsa de uma pequena minoria do grande e nobre povo americano.

Solidarizo-me, assim, com o povo americano contra esse atentado e formulo, nesta oportunidade, os mais sinceros votos para que não se confirmem os boatos, que já se fazem ouvir, de que Robert Kennedy, não resistindo aos graves ferimentos, teria perecido. Quero formular meus votos sinceros para que ele consiga sobreviver, que continue a sua trajetória na vida pública americana, com sua inspiração democrática, cristã e, com seu exemplo para os jovens daquele país, contribuindo para o engrandecimento dos Estados Unidos e da humanidade inteira. São os nossos votos, na oportunidade em que tomamos conhecimento desse brutal atentado.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES — (Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, como V. Ex.ª tem visto, eu tenho me tornado um pouco insistente, relativamente à convocação, segundo deliberou o Senado, do Sr. Ministro da Agricultura para aqui depor sobre importação do leite em pó.

O titular interino havia oficiado a esta Casa que, logo que chegasse, o titular efetivo estaria à disposição do Senado.

O tempo está passando, Sr. Presidente. A Constituição determina o

prazo de 30 dias para o comparecimento, a não ser, evidentemente, que, dado o bom entendimento entre as autoridades governamentais e esta Casa do Congresso, seja pedido um adiamento. Mas não há nenhuma notícia, o Ministro não dá uma palavra. É menos contra mim do que ao Senado que essa descortesia, ou melhor, essa infringência constitucional está sendo praticada.

De maneira que eu queria perguntar a V. Ex.^a se já chegou alguma comunicação do Ministério. Vou repetir a pergunta até esgotar o prazo de 30 dias, Sr. Presidente. Se não chegou, acho que ficaria muito mal mandar um lembrete, pois o Sr. Ministro deve ser cômico de seus deveres. S. Ex.^a será muito bem recebido, não para um debate de ordem política, mas um debate puramente técnico, relativo à sua Pasta, pois as bacias leiteiras estão acabando em nosso Estado, em virtude da importação de leite em pó. Minha indagação será repetida até o dia em que o Ministro aprovar responder.

Antes que V. Ex.^a responda à minha questão, de ordem, gostaria de pedir permissão também para dizer a V. Ex.^a que encaminhei à Mesa, hoje, os seguintes requerimentos de informações: ao Ministério da Fazenda — I.B.C. — sobre a doação de área do Instituto, não aproveitada, à Prefeitura de Trajano de Moraes, no Estado do Rio; ao Ministério das Comunicações, sobre irregularidades no serviço telefônico de Nova Iguaçu, no Estado do Rio; ao Ministério da Indústria e do Comércio — Companhia Siderúrgica Nacional — sobre venda de imóveis residenciais; à Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), sobre produção, importação, exportação e tabelamento de gêneros alimentícios; ao Ministério das Comunicações — CONTEL — sobre instalação de telefones em cidades do Estado do Rio; ao Ministério do Interior,

sobre liberação de recursos destinados à recuperação das lavouras da colônia japonesa, no 2.º Distrito, Japuíba, Município de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, aguardo, então, resposta à questão de ordem que formulei. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — A Presidência do Senado já reiterou o pedido e aguarda a resposta do Sr. Ministro.

Não há mais oradores inscritos. Da Ordem do Dia consta trabalho de Comissões.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente Sessão, designando para a Sessão Ordinária de hoje, às 14,30 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 60, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 60, de 1968 (n.º 3.106-C/65, na Casa de origem), que altera o art. 102 do Decreto-Lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares), tendo parecer favorável, sob n.º 473, de 1968, da Comissão de Segurança Nacional.

2

PARECER N.º 451, DE 1968 DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 451/68, da Comissão de Finanças, sobre o Aviso n.º BSB-219/67, de 5 de setembro de 1967, do Ministro do Interior, encaminhando cópia do Balanço Geral da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE —, referente ao exercício de 1966, e do Balancete Analítico do movimento financeiro e execução orçamentária do primeiro semestre do ano de 1967, também da citada autarquia (Parecer pelo arquivamento).

3

REQUERIMENTO N.º 592, DE 1968

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 592, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando, na forma regimental, transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial intitulado "O Poder Jovem", publicado no Diário de Notícias, de 22 de maio de 1968.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 3, DE 1968

Discussão, em primeiro turno, (com apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1968, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que dispõe sobre a situação dos servidores do INPS que, anteriormente à unificação da Previdência Social, ocupavam dois cargos ou empregos, cumulativamente, embora subordinados a regimes jurídicos diversos, e tiveram que optar, tendo parecer, sob n.º 460 de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 48, DE 1968

Discussão, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade, de acordo com o art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 48, de 1968, de autoria do Sr. Senador Mello Braga, que dispõe sobre aplicação de parte da isenção tributária que gozam as empresas particulares de direito privado, e dá outras providências, tendo parecer, sob n.º 461, de 1968, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ludovico) — Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 11 horas e 30 minutos).

DIRETORIA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Relatório correspondente ao
mês de maio de 1968.

Presidente: Senador José Ermírio
Secretário: J. Ney Passos Dantas

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Decreto Legislativo
n.º 28, de 1968 (n.º 47-B/67, na
Câmara), que "aprova o Convê-
nio Interamericano de Sanidade
Animal, assinado no Rio de Ja-
neiro, a 18 de junho de 1967".

Relator: Ney Braga

Conclusão: Parecer, pela aprovação,
aprovado em 28-5-68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 28-5-68

Ao Sr. Senador Leandro Maciel:

Projeto de Lei do Senado n.º 30,
de 1968 (Autor: Senador Lino de
Mattos), que "dispõe sobre a ins-
talação de fábricas de café solú-
vel, no País, com, pelo menos,
50% de capitais dos produtores de
café verde".

* * *

Em 29-5-68

Ao Sr. Senador Teotônio Vilela:

Projeto de Lei do Senado n.º 46,
de 1961 (Autor: Senador José Fe-
liciano), que "regula a revenda
de material agropecuário".

* * *

Em 31-5-68

Ao Sr. Senador Milton Trindade:

Projeto de Lei do Senado n.º 19,
de 1968 (Autor: Senador Lino de
Mattos), que "submete à prévia
aprovação do Conselho de Segu-
rança Nacional às atribuições que
especifica".

* * *

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas 1
Projetos relatados 1

Projetos distribuídos 4
Projetos em tramitação 3
Ofícios recebidos 2

Brasília, em 3 de junho de 1968. —
J. Ney Passos Dantas, Secretário da
Comissão.

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNA- CIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

Relatório Correspondente ao
mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Nogueira da
Gama

Secretário: Cláudio Carlos Rodri-
gues Costa

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Decreto Legislativo
n.º 26, de 1968 — Aprova o Acór-
do para Aplicação de Salvaguar-
da, assinado em Viena, a 10 de
maio de 1967, entre a República
Federativa do Brasil, os Estados
Unidos da América e a Agência
Internacional de Energia Atômica.

Relator: Paulo Tôrres

Conclusão: Por diligência ao Ministé-
rio das Relações Exteriores; apro-
vado em 29-5-68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 8-5-68

Ao Sr. Senador Paulo Tôrres

Projeto de Decreto Legislativo
n.º 26, de 1968 — Aprova o Acór-
do para Aplicação de Salvaguar-
da, assinado em Viena, a 10 de
maio de 1967, entre a República
Federativa do Brasil, os Estados
Unidos da América e a Agência
Internacional de Energia Atômica.

* * *

RESUMO DOS TRABALHOS

Reuniões ordinárias 1
Projetos relatados 1
Projetos distribuídos 1
Ofícios expedidos 1
Projetos em diligência 1

Brasília, 31 de maio de 1968. —
Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Se-
cretário da Comissão.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

Relatório correspondente ao
mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Ney Braga
Secretário: Hugo Rodrigues Figuei-
redo

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Decreto Legislativo
n.º 25, de 1968 — Aprova o Pro-
tocolo, assinado em Montevideu,
em 12 de dezembro de 1966, pelo
qual se institucionaliza o Conse-
lho de Ministros das Relações
Exteriores das Partes Contratan-
tes do Tratado de Montevideu.

Relator: Antônio Carlos

Conclusão: Parecer favorável, apro-
vado em 30-5-68.

* * *

Projeto de Decreto Legislativo
n.º 27, de 1968 — Aprova o Pro-
tocolo, assinado em Montevideu,
em 2 de setembro de 1966, pelo
qual se estabelece um sistema
para solução de controvérsia com
o Tratado de Montevideu.

Relator: Meilo Braga

Conclusão: Parecer favorável, nos
termos da emenda substitutiva
da Comissão de Relações Exte-
riores.

* * *

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reunião realizada 1
Pareceres proferidos 2
Projetos distribuídos 2

Brasília, em de de 19.. —
Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretá-
rio da Comissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Relatório correspondente ao
mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Milton Cam-
pos

Secretária: Maria Helena Bueno
Brandão

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 7,
de 1968 — Consulta da Mesa do

Senado sobre o prazo do projeto acima que "altera os Quadros Permanente e Provisório do Pessoal da Prefeitura do Distrito Federal".

Relator: Wilson Gonçalves

Conclusão: O prazo é de 45 dias para o Senado, face ao art. 54 da Constituição. Aprovado em 30 de abril de 1968.

Projeto de Lei do Senado n.º 34, de 1968 — Dispensa do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Parecer pela constitucionalidade, com 2 emendas. Aprovado em 30-4-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1968 — Isenta do serviço militar obrigatório em tempo de paz o homem do campo e o estudante enquanto esteja cursando o 2.º ciclo colegial.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Aprovado em 30-4-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 1968 — Submete à prévia aprovação do Conselho de Segurança Nacional as atribuições que especifica.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Pela rejeição. Aprovado em 30-4-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 71, de 1967 — Declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Pela aprovação. Aprovado em 30-4-68.

Mensagem n.º 150, de 1968 — Submete à aprovação do Senado o nome do Bacharel João Gomes

Martins Filho, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Secreta. 7-5-68.

Mensagem n.º 151, de 1968 — Submete à aprovação do Senado o nome do Bacharel José Pereira Gomes Filho, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Secreta. 7-5-68.

Mensagem n.º 154, de 1968 — Submete à aprovação do Senado o nome do Bacharel Caio Plínio Barreto, para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Secreta. 7-5-68.

Mensagem n.º 149, de 1968 — Submete à aprovação do Senado o nome do Bacharel José Sperb Sanseverino, para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Sul.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Secreta. 7-5-68.

Mensagem n.º 152, de 1968 — Submete à aprovação do Senado o nome do Bacharel Miguel Jerônimo Ferrante, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Secreta. 7-5-68.

Mensagem n.º 153, de 1968 — Submete à aprovação do Senado o nome do Bacharel Celso Dias de Moura, para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Secreta. 7-5-68.

Mensagem n.º 155, de 1968 — Submete à aprovação do Senado o nome do Bacharel Laurindo

Dias Minhoto Neto, para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Secreta. 7-5-68.

Mensagem n.º 156, de 1968 — Submete à aprovação do Senado o nome do Bacharel Mário Antônio Ferreira Milano, para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto em São Paulo.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Secreta. 7-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 35, de 1968 — Mantém as cooperativas de crédito de capital elevado e longo funcionamento.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Aprovada pela CCJ a anexação ao PLS n.º 54/67. 7-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 176, de 1961 — Transforma em funcionário do Serviço Público Civil do Poder Executivo, para os fins da Lei n.º 3.780, de 12-7-60, o pessoal pago por economias administrativas e outros recursos das organizações dos Ministérios da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha.

Relator: Edmundo Levi

Conclusão: Aprovado parecer pela inconstitucionalidade. 7-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1968 — Dispõe sobre a aposentadoria, na forma do § 2.º do art. 100 da Constituição do Brasil, de servidores que mencionam.

Relator: Edmundo Levi

Conclusão: Aprovada a preliminar de ser ouvida a Comissão de Saúde. 7-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 133, de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a instalar uma agência telegráfica no Município de Ipameri, Estado de Goiás, uma agência postal-telegráfica em Ivorá, Distrito de Júlio de Cas-

tilhos, uma agência telegráfica em Nova Esperança, Município de Jaguari, e uma agência postal em Arambaré, Município de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Josaphat Marinho

Conclusão: Aprovado parecer pela inconstitucionalidade. 7-5-68.

Mensagem n.º 166, de 1968 — Submete à aprovação do Senado o nome do General de Brigada José Bretas Cupertino, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal (cargo em comissão).

Relator: Eurico Rezende

Conclusão: Secreta. 8-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 291, de 1966 — Dispõe sobre a assistência à família, e dá outras providências.

Relator: Josaphat Marinho

Conclusão: Aprovado parecer pela constitucionalidade, com uma emenda. Vencido o Sen. Bezerra Neto e, em parte, o Senador Aloysio de Carvalho, conforme declarações de voto. 8-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 63, de 1967 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito especial de NCr\$ 60,45, para atender ao pagamento de salário-família ao Juiz daquele Tribunal, Dr. Dilermando Xavier Porto.

Relator: Josaphat Marinho

Conclusão: Aprovado parecer favorável. 8-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1968 — Altera o Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25-10-66) no capítulo referente à Contribuição de Melhoria e o Decreto-Lei n.º 195, de 24-2-67.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Aprovada a proposta do Senador Argemiro de Figueiredo de ser publicado o parecer para estudo. 14-5-68.

Mensagem n.º 176, de 1968 — Submete à consideração do Senado Federal o nome do Bacharel Arakem Mariz de Faria, para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto no Rio Grande do Norte.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Secreta. 16-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 55, de 1968 — Dispõe sobre o reajustamento salarial previsto nos Decretos-Leis números 15, de 29 de julho de 1966, e 17, de 22 de agosto de 1966.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Aprovado parecer favorável ao substitutivo da Com. de Proj. do Executivo. 21-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 64, de 1968 — Modifica os arts. 517 e 523 do Decreto-Lei n.º 1.608, de 18-9-39 (Código de Processo Civil).

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Aprovado parecer pela constitucionalidade. 21-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1968 — Dispõe sobre a situação dos servidores do INPS que, anteriormente à unificação da Previdência Social, ocupavam dois cargos ou empregos, cumulativamente, embora subordinados a regimes jurídicos diversos e que tiveram de optar.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Aprovado parecer pela inconstitucionalidade. Declarações de voto do Senador Josaphat Marinho e Aurélio Vianna. 21-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1960 — Dispõe sobre a execução do Plano de Contenção de Despesas.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Aprovado parecer pelo arquivamento. 21-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1968 — Altera a redação do item III do art. 8.º da Lei n.º

5.107, de 13-9-66, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aumentando as hipóteses em que o empregado optante poderá utilizar a conta vinculada.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Aprovado parecer pela constitucionalidade. 21-5-68.

Projeto de Resolução n.º 23, de 1968 — Dá nova redação ao art. 90-A do Regimento Interno, que dispõe sobre a competência da Comissão do Distrito Federal.

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado parecer favorável. 21-5-68.

Requerimento n.º 273, de 1968 — Do Senador Júlio Leite, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, da aula inaugural do Programa de Formação de Assesores e Executivos do Centro Nacional de Produtividade na Indústria, proferida pelo Ministro da Indústria e do Comércio, General Edmundo Macedo Soares e Silva.

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado parecer pela transcrição. Declarações de votos dos Senadores Josaphat Marinho e Aurélio Vianna. 21-5-68.

Requerimento n.º 934, de 1967 — Do Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando transcrição nos Anais do Senado do editorial de *O Globo*, sob o título "No interesse do Brasil".

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado parecer pela não-transcrição nos Anais. 21-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1968 — Extingue a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque.

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado parecer por diligência junto ao Ministério da Fazenda. 21-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 32, de 1968 — Dispõe sobre a contagem de tempo em dobro, para fins de aposentadoria, do tempo de serviço militar prestado, em operação de guerra, pelos ex-combatentes segurados da Previdência Social brasileira.

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado parecer por diligência junto ao INPS. 21-5-68.

Ofício n.º 51, de 1968 — Do Governador do Estado do Paraná, solicitando ao Senado Federal autorização para obter financiamento junto a Walter Resources Development (International) Ltd. no valor global de US\$ 24.000.000 destinados à construção da ligação férrea direta entre as cidades de Apucarana e Ponta Grossa.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Aprovado parecer favorável ao projeto de resolução da Comissão de Finanças. 22-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1968 — Altera o Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25-10-66) no capítulo referente à Contribuição de Melhoria e o Decreto-Lei n.º 195, de 24-2-67.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Aprovado parecer pela constitucionalidade, com 5 emendas. 28-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 34, de 1968 — Dispensa do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Aprovado parecer pela rejeição da emenda de Plenário. 28-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 51, de 1968 — Acrescenta parágrafo ao art. 4.º do Decreto n.º 37.106, de 31-3-55, que institui a Campanha da Merenda Escolar, mo-

dificado pelo Decreto n.º 40.052, de 1-10-56.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Aprovado parecer pela constitucionalidade, com emenda substitutiva. 28-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 1968 — Dispõe sobre a instalação de fábricas de café solúvel, no País, com pelo menos 50% de capitais dos produtores de café verde.

Relator: Antônio Carlos

Conclusão: Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. 28-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1968 — Regula a distribuição do material escolar, e dá outras providências.

Relator: Antônio Carlos

Conclusão: Pela constitucionalidade, devendo sobre o mérito se pronunciar a Comissão de Educação e Cultura. Aprovado. 28-5-68.

Projeto de Resolução n.º 32, de 1968 — Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Relator: Antônio Carlos

Conclusão: Aprovado parecer favorável, com uma emenda e a emenda de Plenário com subemenda. 28-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1968 — Estende os benefícios previstos no art. 116 da Lei n.º 1.711, de 1952, e o art. 10 da Lei n.º 4.345, de 1964, ao pessoal que específica.

Relator: Antônio Carlos

Conclusão: Aprovado parecer pela inconstitucionalidade. 28-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 68, de 1967 — Dispõe sobre a participação das companhias de

aviação no intercâmbio cultural e informativo entre os Estados.

Relator: Aurélio Vianna

Conclusão: Aprovado parecer pela audiência dos Ministérios dos Transportes e Aeronáutica. 28-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 48, de 1968 — Dispõe sobre aplicação de parte da isenção tributária que gozam as empresas particulares de direito privado.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Aprovado parecer pela rejeição. 28-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 35, de 1963 — Altera dispositivo da Lei Delegada n.º 10, na parte referente à Policlínica dos Pescadores e da Lei n.º 1.707, de 23 de outubro de 1952, que dispõe sobre a situação perante o IAPM dos armadores de pesca e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Aprovado parecer pela rejeição. 28-5-68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 6-5-68

Ao Sr. Senador Antônio Carlos:

Projeto de Resolução n.º 32/68 — Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Em 7-5-68

Ao Sr. Senador Eurico Rezende:

Mensagem n.º 166/68 — Submete à aprovação do Senado o nome do Gen.-de-Brigada José Bretas Cupertino, para exercer o cargo, em comissão, de Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Projeto de Lei da Câmara n.º 59/68 — Dispõe sobre as duplicatas, e dá outras providências.

Em 8-5-68

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado número 36/68 — Dá, para os fins que menciona, aos títulos negociáveis nas Bolsas de Valores, a mesma validade dos títulos da dívida pública.

* * *

Em 9-5-68

Ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei da Câmara n.º 63/68 — Acrescenta dispositivos ao Código Penal estabelecendo punição por fraude nas competições esportivas.

* * *

Em 10-5-68

Ao Sr. Senador Edmundo Levi:

Projeto de Lei do Senado número 37/68 — Institui o "Dia Nacional dos Direitos Humanos".

* * *

Em 14-5-68

Ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei da Câmara n.º 64/68 — Modifica os arts. 517 e 523 do Decreto-Lei n.º 1.608, de 18-9-39 (Código de Processo Civil).

* * *

Em 15-5-68

Ao Sr. Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei do Senado número 38/68 — Dispõe sobre a documentação relativa à capacidade técnica nas concorrências para obras ou serviços de engenharia.

* * *

Em 16-5-68

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado número 40/68 — Altera a redação do item III do art. 8.º da Lei número 5.107, de 13-9-66, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aumentando as hipóteses em que o empregado optante poderá utilizar a conta vinculada.

Mensagem n.º 176/68 — Submete à consideração do Senado Federal o nome do Bacharel Arakem de Faria, para exercer o cargo de Juiz Federal-Substituto no Rio Grande do Norte.

Projeto de Lei da Câmara n.º 55/68 — Dispõe sobre o reajustamento salarial previsto nos Decretos-Leis n.ºs 15, de 29-7-66, e 17, de 22-8-66.

Ao Sr. Senador Alvaro Maia:

Projeto de Lei do Senado número 39/68 — Dispõe sobre a inclusão de funcionários no Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Ao Sr. Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei da Câmara n.º 106/66 — Dispõe sobre o Consumo do carvão metalúrgico nacional nas empresas siderúrgicas à coque.

* * *

Em 17-5-68

Ao Sr. Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei do Senado número 41/68 — Regula a distribuição do material escolar, e dá outras providências.

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado número 42/68 — Regula o processo de carga e descarga do café, mediante convênio, e dá outras providências.

* * *

Em 21-5-68

Ao Sr. Senador Edmundo Levi:

Projeto de Lei da Câmara n.º 67/68 — Dispõe sobre o cálculo das indenizações por despedida sem justa causa.

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado número 45/68 — Regula o provimento de cargos vagos em virtude de aposentadoria.

Ao Sr. Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei da Câmara n.º 70/68 — Altera a redação do art. 17 do Decreto número 2.681, de 7-12-1912, que regula a responsabilidade civil das Estradas de Ferro.

Ao Sr. Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Lei do Senado número 43/68 — Altera a redação do § 2.º do art. 64 da Lei n.º 3.807, de 26-8-60 (Lei Orgânica da Previdência Social), que dispõe sobre os períodos de carência para os segurados que reingressarem na Previdência Social após terem perdido essa qualidade.

* * *

Em 22-5-68

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Ofício n.º 51/68 do Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização para obter financiamento de Walter Resources Development (International) Ltd., no valor global de US\$ 24.008.000, destinado à construção da ligação férrea direta entre Apucarana e Ponta Grossa.

* * *

Em 23-5-68

Ao Sr. Senador Eurico Rezende:

Projeto de Lei do Senado número 49/68 — Declara a Fábrica Nacional de Motores patrimônio inalienável do Estado, por interesse da segurança nacional.

Ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei do Senado número 34/68 — Dispensa do reconhecimento de firma, para todos os efeitos, os documentos oficiais expedidos pelas repartições públicas federais, estaduais e municipais.

Projeto de Resolução número 37/68 — Modifica o art. 45 do Regimento Interno.

Ao Sr. Senador Wilson Gonçalves:

Projeto de Lei do Senado número 47/68 — Manda reverter em favor do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que fôr aposentado pelo Instituto Nacional de Previdência Social a sua conta individualizada.

Ao Sr. Senador Edmundo Levi:

Projeto de Lei do Senado número 46/68 — Dispõe sobre a contribuição dos profissionais liberais para a Previdência Social, acrescentando parágrafo ao art. 77 da Lei n.º 3.807, de 26-8-1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado número 48/68 — Dispõe sobre a aplicação de parte da isenção tributária que gozam as empresas particulares de direito privado.

Projeto de Lei do Senado número 36/60 — Regula a fiscalização nas Indústrias de Produtos Animais e Derivados.

* * *

Em 24-5-68

Ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei do Senado número 51/68 — Acrescenta parágrafo ao art. 4.º do Decreto n.º 37.106, de 31-3-55, que institui a Campanha de Merenda Escolar, modificado pelo Decreto n.º 40.052, de 1.º-10-56.

Ao Sr. Senador Aurélio Vianna:

Projeto de Lei do Senado número 50/68 — Autoriza o Poder Executivo a negociar a sucata de ferro existente em depósito nos órgãos de sua administração direta e indireta, para os fins que mencionam.

Projeto de Lei do Senado número 52/68 — Dispõe sobre a aplicação da Lei n.º 1.050, de 3-1-1950.

* * *

Em 27-5-68

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei da Câmara n.º 72/68 — Dispõe sobre ação de alimentos, e dá outras providências.

* * *

Em 28-5-68

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado número 35/68 — Mantém as cooperativas de crédito especial de capital elevado e longo funcionamento.

Ao Sr. Senador Eurico Rezende:

Projeto de Lei do Senado número 53/68 — Altera a redação do § 1.º do art. 67 da Lei n.º 3.807, de 28-8-1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativamente à data da entrada em vigor dos reajustamentos dos benefícios de manutenção.

Em 29-5-68

Ao Sr. Senador Aurélio Vianna:

Projeto de Lei do Senado número 54/68 — Renova o prazo de validade dos concursos, fixado pela Lei n.º 4.929, de 18-2-66.

Projeto de Lei do Senado número 55/68 — Manda emitir selos comemorativos do terceiro centenário da Cidade de Manaus.

Ao Sr. Senador Antônio Carlos:

Projeto de Lei do Senado número 57/68 — Dispõe sobre a aposentadoria das aeromoças, e dá outras providências.

* * *

Em 30-5-68

Ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei do Senado número 58/68 — Estabelece prazo para o fornecimento dos documentos a que se refere o art. 141, item I, da Lei n.º 3.807, de 26-8-1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Projeto de Decreto Legislativo n.º 27/68 — Aprova o Protocolo, assinado em Montevideu, em 2-9-66, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu.

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado número 59/68 — Dispõe sobre a contribuição dos advogados, como trabalhadores autônomos, segurados obrigatórios do Instituto Nacional de Previdência Social.

Ao Sr. Senador Edmundo Levi:

Projeto de Lei do Senado número 35/52 — Que modifica o art. 3.º da Lei n.º 842, de 4-10-49.

Ao Sr. Senador Wilson Gonçalves:

Projeto de Lei da Câmara n.º 132/59 — Acrescenta alíneas à letra b do art. 102 do Decreto-Lei n.º 9.698, de 2-9-46.

* * *

Em 31-5-68

Ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei da Câmara n.º 74/68 — Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei n.º 37, de 18-11-66,

estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior, que venham a exercer sua profissão no Brasil.

RESUMO DOS TRABALHOS**Reuniões:**

Ordinárias	4
Extraordinárias	3
Projetos distribuídos	42
Projetos relatados	44
Ofícios recebidos	2
Ofícios expedidos	6
Diligências	6
Fedidos de vista	—
Publicações para estudo	1
Emendas apresentadas	9
Subemendas apresentadas	1
Substitutivos apresentados	1
Projetos de decreto legislativo	—
Projetos de resolução	—
Declarações de voto	6

Brasília, 31 de maio de 1968. — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, Secretária da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE ECONOMIA

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Carvalho Pinto

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

PARECERES PROFERIDOS**Número e ementa**

Mensagem n.º 163, de 1968 — Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Galba Ferreira de Oliveira para membro do Conselho Deliberativo da Casa da Moeda, como Representante da Direção-Geral da Fazenda Nacional.

Relator: Paulo Tórres

Conclusão: Sessão Secreta.

Mensagem n.º 161, de 1968 — Submete à consideração do Senado Federal o nome do Doutor Generoso Ponce de Arruda, para integrar o Conselho Deliberativo da Casa da Moeda, como representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Relator: José Leite

Conclusão: Sessão Secreta.

Projeto de Lei do Senado número 46, de 1961 — Regula opera-

ções do Serviço de Revenda de Material Agropecuário do Ministério da Agricultura em convênio com Secretarias de Agricultura Estaduais.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Favorável, aprovado em 29-5-68.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1968 — Homologa emissões de papel-moeda, realizadas no mês de dezembro de 1965.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Favorável, aprovado em 29-5-68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 9-5-68

Ao Sr. Senador João Cleofas:

Projeto de Lei do Senado número 35/68 — Mantém as cooperativas de crédito de capital elevado e longo funcionamento.

Ao Sr. Senador Antônio Carlos:

Memorial n.º 1/68 — Dos Sindicatos de Trabalhadores da Baixada Santista, solicitando ao Senado Federal medidas que estabeleçam a descompressão do chamado "Arrôcho Salarial".

Ao Sr. Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado número 46/61 — Regula operações do Serviço de Revenda de Material Agropecuário do Ministério da Agricultura em convênio com Secretarias de Agricultura Estaduais.

Em 21-5-68

Ao Sr. Senador Atilio Fontana:

Projeto de Lei da Câmara n.º 289/66 — Altera o art. 30 da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, que regula a locação de prédios urbanos, excluindo dos encargos e tributos, que podem ser livremente convencionados nas locações novas, as despesas de condomínio, o imposto predial e a subscrição obrigatória de letras imobiliárias.

Em 29-5-68

Ao Sr. Senador Teotônio Vilela:

Projeto de Lei do Senado número 8/68 — Altera o Código Tribu-

tário Nacional (Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966) no capítulo referente à Contribuição de Melhoria e o Decreto-Lei n.º 195, de 24 de fevereiro de 1967.

RESUMO DOS TRABALHOS

Reuniões ordinárias	2
Reuniões secretas	1
Projetos distribuídos	5
Projetos relatados	4

Brasília, 31 de maio de 1968. — Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1968 — Fixa período para substituição dos livros didáticos nas escolas de grau médio.

Relator: Aloysio de Carvalho

Conclusão: Por diligência ao Ministério da Educação, aprovado em 16 de maio de 1968.

Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 1968 — Estabelece prioridade para a matrícula nos estabelecimentos de ensino público de curso médio e dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo para os filhos de ex-combatentes e órfãos menores carentes de recursos.

Relator: Adalberto Sena

Conclusão: Por diligência ao Ministério da Educação, aprovado em 30-5-68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 16-5-68

Ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1968 — Fixa período para substituição dos livros didáticos nas escolas de grau médio.

Em 21-5-68

Ao Sr. Senador Adalberto Sena:

Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 1968 — Estabelece prioridade para a matrícula nos estabelecimentos de ensino público de curso médio e dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo para os filhos de ex-combatentes e órfãos menores carentes de recursos.

Em 29-5-68

Ao Sr. Senador Alvaro Maia:

Projeto de Lei do Senado n.º 41, de 1968 — Regula a distribuição do material escolar, e dá outras providências.

Em 30-5-68

Ao Sr. Senador Adalberto Sena:

Projeto de Lei do Senado n.º 51, de 1968 — Acrescenta parágrafo ao art. 4.º do Decreto n.º 37.106, de 31 de março de 1955, que institui a Campanha de Merenda Escolar, modificado pelo Decreto n.º 40.052, de 1.º de outubro de 1956.

RESUMO DOS TRABALHOS

Reuniões ordinárias	2
Projetos relatados	2
Projetos em diligência	3
Ofícios expedidos	3
Ofícios recebidos	1

Brasília, em 31 de maio de 1968. — Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Antônio Carlos

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Decreto Legislativo n.º 23/68 — Aprova o Acórdão sobre a Prestação de Assistência Técnica

ca à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre a República Federativa do Brasil e a União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado em 30 de novembro de 1965, no Rio de Janeiro.

Relator: Paulo Tórres

Conclusão: Aprovado parecer favorável, em 14-5-68.

Ofício S-51/68 do Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização para obter financiamento junto a Walter Resources Development (International) Ld., no valor global de US\$ 24.000.000, destinado à construção da ligação férrea direta entre as cidades de Apucarana e Ponta Grossa.

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado parecer favorável ao projeto de resolução da Comissão de Finanças, em 22-5-68.

RESUMO DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas	2
Projetos relatados	2
Projetos distribuídos	2

Brasília, em 31 de maio de 1968. — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, Secretária da Comissão dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 42, de 1968, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968/1970.

Programa Reforma Agrária e Colonização.

Relator: João Cleofas

Conclusão: Favorável, com emendas, aprovado em 6-5-68.

Programa Texto da Lei.

Relator: Mem de Sá

Conclusão: Favorável, com emendas, aprovado em 6-5-68.

Programa Administração.

Relator: Mem de Sá

Conclusão: Favorável, com emendas, aprovado em 7-5-68.

Relatório Geral.

Relator: Manoel Villaga

Conclusão: Favorável, em 7-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 56/68, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação, a Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação, e dá outras providências.

Relator: Fernando Corrêa

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 7-5-68.

Projeto de Lei n.º 42, de 1968, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968-1970.

Relator: Manoel Villaga

Conclusão: Redação final.

Projeto de Lei do Senado n.º 71, de 1967, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Relator: Fernando Corrêa

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 16-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1968, que concede pensão especial ao cidadão brasileiro Assis Almeida, e dá outras providências.

Relator: Milton Trindade

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 16-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 54, de 1968, que concede isenção dos impostos sobre produtos industrializados e de importação para dois helicópteros e três aviões, seus equipamentos adicionais e complementares, destinadas a empresas que exploram serviços aerofotogramétricos.

Relator: Mello Braga

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 16-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 53, de 1968, que acrescenta mais um inciso ao artigo 15 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros, e dá outras providências.

Relator: Manoel Villaga

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 16-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 9, de 1968, que modifica o Decreto-Lei n.º 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, Senac, Senai, e das entidades sindicais.

Relator: José Leite

Conclusão: Parecer contrário, aprovado em 16-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 62, de 1968, que concede pensão especial ao Professor Robert Joachimovits.

Relator: José Leite

Conclusão: Audiência do Ministério Extraordinário para Assuntos da Presidência da República, aprovado em 16-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 58, de 1968, que reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Dis-

trito Federal, e dá outras providências.

Relator: José Leite

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 16-5-68.

* * *

Projeto de Lei da Câmara n.º 289, de 1966, que altera o art. 30 da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964, que regula a locação de prédios urbanos, excluindo-os dos encargos e tributos, que podem ser livremente convencionados nas locações novas, as despesas de condomínio, o imposto predial e a subscrição obrigatória de letras imobiliárias.

Relator: Paulo Tórres

Conclusão: Parecer pela audiência da Comissão de Economia, aprovado em 16-5-68.

* * *

Ofício n.º 51, de 1968, do Governador do Estado do Paraná, solicitando, face o disposto no inciso II do art. 45 da Constituição Federal, providências no sentido de que esta Casa autorize e referende, por resolução, obter um financiamento junto a Walter Resources Development (International) Ld., no valor global de US\$ 24.000.000, destinado à construção da ligação férrea direta entre as cidades de Apucarana e Ponta Grossa.

Relator: Mello Braga

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 23-5-68.

* * *

Projeto de Lei da Câmara n.º 47, de 1968, que modifica dispositivos da Lei n.º 227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução, e dá outras providências.

Relator: Bezerra Neto

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 23-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 36, de 1960, que regula a fiscalização nas Indústrias de Produtos Animais e derivados.

Relator: José Leite

Conclusão: Parecer pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado em 23-5-68.

* * *

Requerimento n.º 1.149/67, do Sr. Senador Vasconcelos Tórres, solicitando informações ao Poder Executivo, através do Banco do Brasil, sobre financiamento aos agricultores do Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Manoel Villaça

Conclusão: Parecer contrário, aprovado em 23-5-68.

* * *

Projeto de Lei da Câmara n.º 63, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região —, o crédito especial de NCr\$ 60,45 (sessenta cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos); para atender ao pagamento de salário-família ao Juiz daquele Tribunal — Dr. Dilermando Xavier Pôrto.

Relator: Fernando Corrêa

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 23-5-68.

* * *

Projeto de Lei da Câmara n.º 35, de 1962, que modifica o artigo 3.º da Lei n.º 842, de 4 de outubro de 1949.

Relator: José Leite

Conclusão: Parecer pela audiência da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado em 29-5-68.

* * *

Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1968, que homologa

emissões de papel-moeda realizadas no mês de dezembro de 1965.

Relator: Fernando Corrêa

Conclusão: Parecer favorável, aprovado em 29-5-68.

* * *

Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1959, que acrescenta alíneas à letra b do art. 102 do Decreto-Lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares).

Relator: Fernando Corrêa

Conclusão: A Comissão deixa de se pronunciar por escapar à sua competência e solicita o pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Legislação Social, aprovado em 29-5-68.

* * *

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas	6
Pareceres proferidos	22
Projetos apresentados	1
Ofícios recebidos	5
Ofícios expedidos	4

Brasília, de de 19...

— Hugo Rodrigues Figueiredo,
Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Atílio Fontana

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão

PARECERES PROFERIDOS Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 61/67 — Declara integrantes do monopólio da União a pesquisa, a lavra e a industrialização dos xisto oleigenos.

Relator: Domicílio Gondim

Conclusão: Aprovado pedido de vista do Senador Teotônio Vilela, em 29-5-68.

RESUMO DOS TRABALHOS

Reuniões 1
 Projetos relatados 1

Brasília, em 31 de maio de 1968. — **Maria Helena Bueno Brandão**, Oficial Legislativo, PL-5, Secretária da Comissão de Indústria e Comércio.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968

Presidente: Senador **Petrônio Portela**
 Secretário: **Marcus Vinicius Goulart Gonzaga**

PARECERES PROFERIDOS**Número e ementa**

P.L.C. n.º 11, de 1968 — Regulamenta a profissão de empregados de edifícios, e dá outras providências.

Relator: Atílio Fontana

Conclusão: Relatado em 7 de maio. Parecer pela rejeição. Aprovado.

P.L.S. n.º 73, de 1967 — Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria.

Relator: Arthur Virgílio

Conclusão: Relatado em 7 de maio. Parecer favorável. Aprovado.

Memorial n.º 1, de 1968 — Dos Sindicatos de Trabalhadores da Baixada Santista, solicitando ao Senado Federal medidas que estabeleçam a descompressão do chamado "Arrócho Salarial".

Relator: Milton Trindade

Conclusão: Relatado em 7 de maio. Parecer pelo arquivamento. Aprovado.

PROJETOS DISTRIBUÍDOS**Número e ementa**

Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 1968, que ratifica o texto da Convenção n.º 118 sobre a

igualdade de tratamento em matéria de previdência social, adotada em Genebra, a 30 de junho de 1962, pela Conferência Internacional do Trabalho.

Relator: Atílio Fontana

Conclusão: Distribuído em 23-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 28, de 1968, que estabelece limitações ao reajustamento dos alugueres residenciais, e dá outras providências.

Relator: Josaphat Marinho

Conclusão: Distribuído em 23-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1968, que altera a redação do item III do artigo 8.º da Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aumentando as hipóteses em que o empregado optante poderá utilizar a conta vinculada.

Relator: Mello Braga

Conclusão: Distribuído em 23-5-68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas 1
 Projetos relatados 3
 Projetos distribuídos 3

Brasília, em 30 de maio de 1968. — **Marcus Vinicius Goulart Gonzaga**, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968

Presidente: Senador **Ruy Carneiro**
 Secretário: **Marcus Vinicius Goulart Gonzaga**

PARECERES PROFERIDOS**Número e ementa**

Aviso n.º BSB/219/67, do Ministério do Interior — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste —, encaminhando cópia do Balanço-Geral da SUDENE referente ao exercício de 1966, e três vias do Balancete Analítico do Movimento Financeiro e exe-

cução orçamentária do primeiro semestre do corrente exercício.

Relator: Adalberto Sena

Conclusão: Relatado em 18 de maio. Parecer pelo conhecimento e arquivamento. Aprovado.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas 1
 Projetos relatados 1

Brasília, em 30 de maio de 1968. — **Marcus Vinicius Goulart Gonzaga**, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968

Presidente: Senador **Wilson Gonçalves**

Secretário: **Afrânio Cavalcanti Melo Júnior**

PARECERES PROFERIDOS**Número e ementa****DISTRIBUIÇÃO**

Em 9-5-68

Projeto de Lei da Câmara n.º 46/68, que dispõe sobre a aplicação aos Estados e Municípios das normas relativas às licitações previstas no Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal etc.

Relator: Mem de Sá

Conclusão: Parecer favorável, com 4 emendas. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 53/68, que acrescenta mais um inciso ao artigo 15 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros, e dá outras providências.

Relator: Mário Martins

Conclusão: Parecer favorável aprovado em 9-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 45/68, que altera o § 1.º do artigo 1.º e a alínea c do artigo 6.º da Lei n.º 5.365, que cria a Superin-

tendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

Relator: Antônio Carlos

Conclusão: Parecer favorável, com uma emenda. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 54/68, que concede isenção dos impostos sobre produtos industrializados e importação para dois helicópteros, e três aviões, seus equipamentos adicionais e complementares, destinados a empresas que exploram serviços aerofotogramétricos.

Relator: Paulo Tórres

Conclusão: Parecer favorável. Aprovado.

Em 15-5-68

Projeto de Lei da Câmara n.º 58/68, que reajusta vencimentos dos servidores da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Relator: Paulo Tórres

Conclusão: Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 47/68, que modifica dispositivos da Lei n.º 227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução, e dá outras providências.

Relator: Carvalho Pinto

Conclusão: Parecer favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 55/68, que dispõe sobre reajustamento salarial, previsto nos Decretos-Leis n.ºs 15, de 29 de julho de 1966, e 17, de 22 de agosto de 1966.

Relator: Carvalho Pinto

Conclusão: Parecer favorável ao substitutivo do Senador Antônio Carlos. Aprovado.

Projeto da Câmara n.º 54/68, que dispositivos da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação, a Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências.

Relator: Antônio Carlos

Conclusão: Parecer favorável ao projeto, com uma emenda (1-SPE), de autoria do Senador Mário Martins. Aprovado, tendo o Senador Mário Martins votado a favor do projeto e contra a instituição da correção monetária nos reajustamentos dos aluguéis.

Projeto de Lei da Câmara n.º 74/68, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, estendendo benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer sua profissão no Brasil.

Relator: Ney Braga

Conclusão: Parecer favorável, com emenda substitutiva. Aprovado.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas	3
Projetos relatados	9
Pareceres proferidos	9
Projetos distribuídos	10
Emendas apresentadas	6
Substitutivos apresentados	2
Pedidos de vista	1

Brasília, em 3 de junho de 1968. —
Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968.

Presidente: Senador José Feliciano

Secretária: Beatriz Brandão Guerra

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 169, de 1966 (n.º 4.015-B/62, na Câmara), que dispõe sobre as contribuições de que tratam o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, e o artigo 23 da Lei n.º 5.107, de 13 de setembro de 1966 (redação do substitutivo do Senado).

Relator: Álvaro Maia

Conclusão: Aprovado em 7-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 16, de 1968, que declara de utilidade pública a Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Álvaro Maia

Conclusão: Aprovado em 7-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 7, de 1968 (n.º 3.380-B/65, na Câmara), que institui o "Dia da Cultura e da Ciência", e dá outras providências (redação final da emenda).

Relator: Álvaro Maia

Conclusão: Aprovado em 16-5-68.

Projeto de Resolução n.º 33, de 1968, que suspende a execução, em parte, do art. 48 do Decreto-Lei n.º 314, de 13 de março de 1967 (redação final).

Relator: Álvaro Maia

Conclusão: Aprovado em 16-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1964 (n.º 2.496-C/57, na

Câmara), que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada do trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados, e dá outras providências (redação final das emendas).

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado em 16-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 56, de 1968 (n.º 1.127-B/68, na Câmara), que altera dispositivos da Lei n.º 4.380, de 21-8-64, que institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição de casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação, a Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências (redação final das emendas).

Relator: Manoel Villaga

Conclusão: Aprovado em 16-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 44, de 1968, que dispõe sobre reajustamento dos aluguéis de imóveis, locados para fins residenciais depois da vigência da Lei n.º 4.494, de 25 de novembro de 1964 (redação final).

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado em 21-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 42, de 1968 (n.º 1.061-B/68, na Câmara), que altera o § 1.º do art. 1.º e alínea "c" do art. 6.º da Lei n.º 5.365, de 1-12-67, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências (redação final das emendas).

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado em 21-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1968 (n.º 1.081-B/68, na Câmara), que dispõe sobre a aplicação aos Estados e Municípios das normas relativas às licitações previstas no Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências (redação final das emendas).

Relator: Alvaro Maia

Conclusão: Aprovado em 21-5-68.

Projeto de Resolução n.º 41, de 1968, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar operação de financiamento com a Walter Resources Development (International) Ltda, com sede em Tel Aviv — Israel (redação final).

Conclusão: Aprovado em 21-5-68

Relator: Manoel Villaga

Projeto de Lei da Câmara n.º 55, de 1968 (n.º 1.118-B/68, na Câmara), que dispõe sobre o reajustamento salarial previsto nos Decretos-Leis n.ºs 15, de 29 de julho de 1966, e 17, de 22 de agosto de 1966 (redação do substitutivo do Senado).

Relator: Filinto Müller

Conclusão: Aprovado em 21-5-68.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 4, de 1968 (n.º 24-A/67, na Câmara), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador, no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos) (redação do substitutivo do Senado).

Relator: Edmundo Levi

Conclusão: Aprovado em 29-5-68.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1968 (n.º 43-B/67, na Câmara), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República dos Estados Unidos do México, a 17 de outubro de 1966 (redação final).

Relator: Edmundo Levi

Conclusão: Aprovado em 29-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 6, de 1968, que dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o art. 177, § 1.º, da Constituição Federal (redação final).

Relator: Edmundo Levi

Conclusão: Aprovado em 29-5-68.

Projeto de Lei da Câmara n.º 47, de 1968 (n.º 1.080-B/68, na Câmara), que modifica dispositivos da Lei n.º 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução, e dá outras providências (redação do substitutivo do Senado).

Relator: Lobão da Silveira

Conclusão: Aprovado em 29-5-68.

Projeto de Decreto-Lei n.º 22, de 1968 (n.º 39-B/67, na Câmara), que aprova o texto das emendas aos arts. 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas na 20.ª Assembleia Mundial de Saúde, a 23 de maio de 1967 (redação final).

Relator: Antônio Carlos

Conclusão: Aprovado em 30-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 13, de 1966, que determina a aplicação de correção monetária a créditos objeto de ação judicial, e dá outras providências (redação do vencido, para 2.º turno).

Relator: Filinto Müller

Conclusão: Aprovado em 31-5-68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões ordinárias	1
Reuniões extraordinárias	10
Projetos distribuídos	17
Projetos relatados	17

Brasília, em 31 de maio de 1968.
— Beatriz Brandão Guerra — Secretária da Comissão.

COMISSÃO DE SAÚDE

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco
Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 1968 — Aprova as emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial da Saúde, adotadas a 23 de maio de 1967, na XX Assembleia Mundial de Saúde.

Relator: Manoel Villaga

Conclusão: Relatado em 14 de maio. Parecer favorável. Aprovado.

* * *

PROJETOS DISTRIBUÍDOS

Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1968 — Dispõe sobre a aposentadoria, na forma do § 2.º do art. 100 da Constituição do Brasil, de servidores que menciona.

Relator: Fernando Corrêa

Conclusão: Distribuído em 20-5-68.

* * *

Projeto de Lei da Câmara n.º 69, de 1968 — Permite ao doador voluntário de sangue a ausência do trabalho, sem prejuízo de salário ou de tempo de serviço.

Relator: Adalberto Sena

Conclusão: Distribuído em 22-5-68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reunião realizada	1
Projeto relatado	1
Projetos distribuídos	2

Brasília, em 30 de maio de 1968. — Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário da Comissão de Saúde.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968.

Presidente: Senador Paulo Tórres
Secretário: Mário Nelson Duarte

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 71/68 (n.º 694-B/67, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a promover por ato de bravura o cabo da Aeronáutica Nelson Odir da Silva Barros.

Relator: Ney Braga

Conclusão: Parecer favorável aprovado em 30-05-68.

* * *

Projeto de Lei do Senado n.º 73/67, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço ativo prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria.

Relator: Lobão da Silveira

Conclusão: Parecer favorável aprovado em 30-5-68.

* * *

Projeto de Lei da Câmara n.º 60/68 (n.º 3.106-C/65, na Câmara), que altera o art. 102 do Decreto-Lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares).

Relator: Domicio Gondim

Conclusão: Parecer favorável aprovado em 30-5-68.

Projeto de Lei do Senado n.º 19/68, que submete à prévia aprovação do Conselho de Segurança Nacional as atribuições que especifica.

Relator: Mário Martins

Conclusão: Parecer contrário aprovado em 30-5-68.

* * *

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reunião ordinária	1
Projetos distribuídos	4
Projetos relatados	4
Pareceres favoráveis aprovados ...	3
Parecer contrário aprovado	1

Brasília, em 31 de maio de 1968. — Mário Nelson Duarte, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Relatório correspondente ao mês de maio de 1968.

Presidente: Senador José Leite

Secretário: Mário Nelson Duarte

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Decreto Legislativo n.º 24/68 (n.º 43/67, na Câmara), que aprova o Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado entre a República Federativa do Brasil e o México, a 17 de outubro de 1966.

Relator: Paulo Tórres

Conclusão: Parecer favorável aprovado em 15-5-68.

* * *

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reunião ordinária	1
Projeto distribuído	1
Projeto relatado	1
Parecer aprovado	1

Brasília, em 31 de maio de 1968. — Mário Nelson Duarte, Secretário da Comissão.

Ata da Reunião da Comissão de Relações Exteriores realizada no dia 30 de maio de 1968.

Aos trinta dias do mês de maio, sob a presidência do Sr. Senador Benedito Valladares, presentes os Srs. Arnon de Melo, Mário Martins, Mem de Sá, Aloysio de Carvalho, José Guilomard, Fernando Corrêa, Oscar Passos, Mello Braga, José Leite, Menezes Pimentel e Ney Braga, ausentes com causa justificada os Srs. Filinto Müller, Pessoa de Queiroz, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores do Senado.

O Sr. Arnon de Melo apresenta parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 1968, que aprova o Protocolo assinado em Assunção, a 2 de setembro de 1967, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu.

A Comissão adota o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, J.P. Castejon Branco, Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

20.ª Reunião Ordinária realizada no dia 4 de junho de 1968.

As 10 horas do dia 4 de junho de 1968, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Aloysio de Carvalho, Aurélio Vianna, Alvaro Maia, Edmundo Levi, Wilson Gonçalves, Bezerra Neto, Josaphat Marinho e Eurico Rezende.

Deixa de comparecer o Sr. Senador Antônio Carlos.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Sr. Presidente comunica que há número regimental e passa a palavra

ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho para relatar o Projeto de Decreto Legislativo n.º 27/68, constante da pauta do dia. O Sr. Senador Aloysio de Carvalho pede permissão para, antes de relatar o mencionado projeto, apresentar o Projeto de Resolução n.º 37/68, que retirara da pauta anterior, por uma questão de ordem, e expõe à Comissão a modificação introduzida no parecer já aprovado na reunião anterior, concordando os Srs. Membros com a modificação introduzida.

Prosseguindo, o Senador Aloysio de Carvalho relata os seguintes projetos: pela constitucionalidade da emenda substitutiva da Comissão de Relações Exteriores apresentada ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 27/68, que aprova o Protocolo assinado em Montevideu, em 2-9-1966, pelo qual se estabelece um sistema para a solução de controvérsias relacionadas com o Tratado de Montevideu; pela constitucionalidade, com subemenda à emenda substitutiva da Comissão de Projetos do Executivo apresentada ao Projeto de Lei da Câmara n.º 74/68, acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei n.º 37, de 18-11-66, estende benefícios aduaneiros a cientistas e técnicos radicados no exterior que venham a exercer sua profissão no Brasil. Os pareceres são aprovados sem quaisquer restrições.

O Sr. Senador Bezerra Neto lê seu parecer ao Projeto de Lei da Câmara n.º 72/68 — Dispõe sobre ação de alimentos, e dá outras providências, concluindo pela sua aprovação.

Submetido à discussão e votação, é pedido vista pelo Senador Aurélio Vianna, que é aprovado por unanimidade.

A seguir, o Sr. Senador Eurico Rezende relata o Projeto de Lei da Câmara n.º 59/68 — Dispõe sobre as duplicatas, e dá outras providências, concluindo pela constitucionalidade nos termos do substitutivo que apresenta.

Depois de longamente discutido é o parecer aprovado, votando o Senador Aurélio Vianna com restrições, pelos motivos que já foram expostos perante a Comissão; Senadores Bezerra Neto e Josaphat Marinho: com restrições.

É aprovada, por unanimidade, a proposta do Senador Aurélio Vianna de ser consignado em Ata um voto de louvor e agradecimento ao Deputado Osmar Cunha pela sua presença espontânea à Comissão e que em muito colaborou com seus esclarecimentos sobre a matéria.

Com a palavra, o Sr. Senador Josaphat Marinho apresenta parecer aos seguintes projetos: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado n.º 48/68 — Altera a redação do § 2.º do art. 64 da Lei n.º 3.307, de 26-8-60 (Lei Orgânica da Previdência Social), que dispõe sobre os períodos de carência para os segurados que reingressarem na Previdência Social após terem perdido essa qualidade, e diligência junto aos Ministérios das Minas e Energia, Fazenda e Indústria e do Comércio pedindo pronunciamento sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 29/68 — Regula a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de jazidas e minas cuja exploração constitui ou venha a constituir monopólio da União (art. 161, §§ 2.º e 3.º, da Constituição).

Os pareceres são aprovados por unanimidade.

Devido ao adiantado da hora, o Sr. Presidente propõe à Comissão que se levante a reunião e convoca uma extraordinária para o dia 5 do corrente, às 10 horas, para apreciar os demais projetos constantes da pauta de hoje. A proposta é aprovada.

Encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

M E S A

Presidente: Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1.º-Vice-Presidente: Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2.º-Vice-Presidente: Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1.º-Secretário: Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2.º-Secretário: Victorino Freire (ARENA — MA)
 3.º-Secretário: Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4.º-Secretário: Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1.º-Suplente: Guido Mondin (ARENA — RS)
 2.º-Suplente: Vasconcelos Tôrres (ARENA — RJ)
 3.º-Suplente: Lino de Mattos (MDB — SP)
 4.º-Suplente: Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaza (RN)

Antônio Carlos (SC)

DO M.D.B.

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE
LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Melo

Domício Gondim

Paulo Tôrres

João Cleofas

Teotônio Vilela

SUPLENTE

José Leite

José Guilomard

Adolpho Franco

Leandro Maciel

Aloysio de Carvalho

M.D.B.

Nogueira da Gama

José Ermírio

Josaphat Marinho

Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

José Feliciano

Ney Braga

João Cleofas

Teotônio Vilela

Milton Trindade

SUPLENTE

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pácheço

M.D.B.

José Ermírio

Aurélio Vianna

Argemiro de Figueiredo

Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO —
ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Ney Braga

Antônio Carlos

Mello Braga

Arnon de Melo

Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite

Eurico Rezende

Benedicto Valladares

Carvalho Pinto

Filinto Müller

M.D.B.

Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz

Mário Martins

Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES

Milton Campos

Antônio Carlos

Aloysio de Carvalho

Eurico Rezende

Wilson Gonçalves

Petrônio Portela

Carlos Lindenberg

Paulo Sarasate

Clodomir Millet

SUPLENTE

Álvaro Maia

Lobão da Silveira

Benedicto Valladares

Arnon de Melo

Júlio Leite

Menezes Pimentel

Adolpho Franco

Filinto Müller

Daniel Krieger

M.D.B.

Antônio Balbino

Arthur Virgílio

Bezerra Neto

Argemiro de Figueiredo

Josaphat Marinho

Nogueira da Gama

Edmundo Levi

Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.

Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
José Feliciano
Eurico Rezende
Petrônio Portela
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Manoel Villaga
Wilson Gonçalves

SUPLENTE
Benedicto Valladares
Mello Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Adolpho Franco

M.D.B.

Bezerra Neto
Oscar Passos
Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.

Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES
Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domício Gondim
Leandro Maciel
Atílio Fontana
Ney Braga

SUPLENTE
José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Siegfredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Tôrres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

M.D.B.

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião Archer

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247

Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES
Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE
Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Siegfredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

M.D.B.

Adalberto Sena
Antônio Balbino

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.

Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E
CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E
POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES
Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Tôrres

SUPLENTE
José Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga

M.D.B.

Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Sena
Antônio Balbino
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES
Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Siegfredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE
Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Tôrres

M.D.B.

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Mello Braga

M.D.B.

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela

Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portela
Domicio Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

M.D.B.

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Tôrres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guilomard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

M.D.B.

Josaphat Marinho
José Ermírio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLIGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domicio Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel

M.D.B.

Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Tôrres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

M.D.B.

José Ermírio
Aurélio Vianna
Mário Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

M.D.B.

Nogueira da Gama

Edmundo Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando Corrêa
Arnon de Melo
José Cândido

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Teotônio Vilela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M.D.B.

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villça

ARENA

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villça
Clodomir Millet

SUPLENTE

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

M.D.B.

Adalberto Sena
Sebastião Archer
Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domicio Gondim
Manoel Villça
Mário Braga

M.D.B.

Oscar Passos
Mário Martins
Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende

Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Tórres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petrônio Portela
Leandro Maciel

M.D.B.

Ruy Carneiro
João Abrahão
Adalberto Sena
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Domicio Gondim
João Cleofas

SUPLENTE

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

M.D.B.

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

TITULARES

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villça

M.D.B.

Edmundo Levi
Oscar Passos
Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
BRASÍLIA -- D. F.